

19 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CCJ aprova auxílio moradia do Tribunal de Justiça

POLÊMICA
CCJ aprova
projeto que cria
auxílio moradia
para juízes

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Com oito votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, o polêmico projeto de lei 801/2013, que institui o auxílio moradia a juízes e desembargadores do Paraná, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa (AL) do Estado. A matéria, de autoria do Tribunal de Justiça (TJ), entrou em pauta na semana passada, mas a votação tinha sido adiada em virtude de um pedido de vista do deputado Iadeu Veneri (PT).

"O projeto permite uma interpretação que estenderia esse benefício aos aposentados e pensionistas, com retroatividade. Também não estipula quanto seria esse valor, nem se quem já tem casa própria ou vive em Curitiba teria o mesmo direito", justificou Veneri.

Além do líder do PT, votaram contra a medida Péricles de Mello (PT) e Edson Praczyk (PRB). Já Tercílio Turini (PPS), que disse ter dúvidas, preferiu deixar para se posicionar em

outro momento. Os parlamentares Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (PMDB), Pedro Lupron (DEM), Hermas Brandão Jr. (PSB), Bernardo Carli (PSDB), Ademar Traiano (PSDB) e Caíto Quintana (PMDB), por sua vez, seguiram o voto do relator, Alexandre Curi (PMDB), favorável à constitucionalidade.

"Eu dei meu parecer com plena convicção. São 12 assembleias do Brasil que já aprovaram esse benefício; o STF (Supremo Tribunal Federal) e todos os principais órgãos do Judiciário pagam. E não acredito que pagariam se fosse uma matéria inconstitucional", defendeu Curi.

Antes de ir a plenário, a proposta ainda precisa passar pela Comissão de Finanças, cujo prazo para parecer é de dez dias, prorrogáveis

por mais cinco. O presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), porém, garantiu na semana passada que não colocaria a proposta em votação "no afogadilho", deixando em aberto a possibilidade de renegociar o trâmite com o presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes. Questionado ontem novamente sobre o assunto, ele preferiu não se manifestar.



Veneri afirma que texto permitiria estender benefício a aposentados e pensionistas, com retroatividade

19 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Cid Vasques deixa

Secretaria

de Segurança

**Embate com MP para renovar
licença é apontado como
motivação para saída**

Guilherme Batista
Equipe Bonde

Curitiba - O procurador de Justiça, Cid Marcus Vasques, não é mais o secretário de Segurança Pública do Paraná (Sesp). Ele deixou o cargo ontem. A saída foi comunicada por Vasques em texto publicado no site da pasta no final da tarde. O atual chefe de gabinete da secretaria, Walter Gonçalves, assume interinamente, uma vez que a segunda na linha de sucessão, a diretora-geral Thathyana Weinfurter Assad, também pediu exoneração.

Na "manifestação pública", o ex-secretário comentou os motivos que o levaram a deixar a função. O principal deles envolve o fato de o Ministério

Público (MP) não ter renovado a sua licença. "Setores do Ministério Público, instituição a que pertencço, na qual devotei e devoto importante parcela de minha existência, entenderam por bem obstaculizar a minha manutenção na direção da segurança pública", destacou.

"Por entender que garantias constitucionais básicas estavam sendo agredidas, tive de bater às portas do Poder Judiciário. Obtive diversas decisões favoráveis, inclusive do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa", continuou o ex-secretário, citando decisão do STF que vedou as ações do MP relacionadas a sua licença. "As inúmeras decisões positivas, colhidas no Tribunal

de Justiça do Estado do Paraná e, até mesmo, no STF, representam uma demonstração inquestionável de que algo estava errado na incansável tentativa de me afastar da Sesp", completou.

A decisão de Vasques vai na contramão da opinião do próprio governador Beto Richa (PSDB), que sempre garantiu que gostaria que o procurador continuasse à frente da Sesp.

Apesar das críticas, Vasques garantiu que vai voltar a ocupar o cargo de procurador de Justiça. "Retorno ao Ministério Público, instituição na qual construí a minha carreira, para perseguir o interesse público num outro local e numa atividade diferente", escreveu.

19 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria pede relaxamento de prisões

Ação foi protocolada em virtude da superlotação e péssimas condições em distritos de 13 cidades do Estado

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina – A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) protocolou ontem uma ação pedindo o relaxamento coletivo de prisão ilegal referentes a carceragens superlotadas em delegacias e distritos policiais em 13 cidades do Estado. Os primeiros pedidos foram realizados em Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), Ponta Grossa (Campos Gerais), Foz do Iguaçu (Oeste) e Cianorte (Noroeste). Nas demais cidades, entre elas Londrina e Maringá (Noroeste), as ações serão encaminhadas hoje.

Os pedidos se baseiam em inspeções realizadas pela DPPR nas carceragens, onde se verificou ambientes insalubres e sem qualquer condição básica de higiene, iluminação ou ventilação, regimes de revezamento para o repouso em face da superlotação, ausência de controle sobre a potabilidade da água, restrições ilegais ao direito de visita e ausência de assistência à saúde.

Em Londrina, o juiz da Vara de Execuções Penais (VEP), Katsujo Nakadomari, determinou, na semana passada, a interdição do 4º e 5º distritos policiais em virtude da superlotação. Apesar da transferência de 39 detentos e da proibição da entrada de

mais presos, as duas carceragens, que têm capacidade para 24 homens, seguem abarrotadas com 105 detentos cada uma.

Para Eduardo Pião Ortiz, coordenador da Comissão de Execuções Penais da DPPR, o objetivo das ações é “provocar” o Poder Judiciário para que a permanência de presos em delegacias e distritos seja revista e também para se encontrar soluções e alternativas para o problema. “De maneira nenhuma a Defensoria tem a ideia irresponsável de liberar todo mundo que está preso. Mas, nas atuais condições sub-humanas a situação vai na contramão da segurança da sociedade. Cria-se um clima desfavorável ao preso, que acaba resultando em rebeliões, fugas e ameaças aos agentes e suas famílias”, pontuou.

Para a Defensoria Pública, a manutenção dos presos nas condições verificadas é ilegal e deve, portanto, ser imediatamente relaxada pela autoridade judicial. “Quando falamos em prisão ilegal, não nos referimos ao momento da prisão, que é um dever do Estado, mas na falta de condições humanas em que estes presos estão. Se não há condição digna para os presos, a prisão se torna ilegal”, frisou Ortiz.

Os pedidos mencionam diversos parâmetros normativos constitucionais e conven-

cionais, legais e infralegais, passando pelas Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros da Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Convenção contra a Tortura, entre outras leis internacionais de direitos humanos.

“As ações propõem também medidas paliativas como a transferência de presos condenados para os presídios e a análise da situação individual dos detentos provisórios. O objetivo é caminhar para uma situação ideal que é não ter mais presos, por longos períodos, em delegacias”, relatou Ortiz.

A Secretária da Segurança Pública (Sesp) informou, por meio da assessoria, que reconhece que a permanência de presos em delegacias é irregular, mas que a polícia tem feito o seu papel, que é prender quem comete atos ilícitos. A Sesp ressaltou ainda que vai cumprir qualquer determinação judicial.

19 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA **O deboche**

A história do juiz, punido pelo CNJ, que se vangloria na internet de estar curtindo o ócio à custa do erário é bem um sinal da perda da noção de honra e do constrangimento que é essa punição final a um magistrado.

CLAUDIO HUMBERTO **STF deve tirar 'quadrilha'** **dos crimes do mensalão**

A tendência do Supremo Tribunal Federal é acatar os embargos no processo do mensalão e excluir a formação de quadrilha dos crimes pelos quais foram condenados. O assunto será definido amanhã no STF, mas dois ministros – um veterano, outro novato – admitiram a esta coluna que a tendência é reverter a condenação. Só penas superiores a 8 anos são cumpridas em regime fechado.

Condenações

Em 2012, no julgamento, o STF condenou José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares por corrupção ativa e formação de quadrilha.

Semiaberto

Excluída a formação de quadrilha, Genoino terá pena reduzida para 4 anos e 8 meses. Ele foi condenado a 6 anos e 11 meses de cadeia.

Chefe de quê?

"Chefe da quadrilha", segundo o Ministério Público, Dirceu deve ir para o semiaberto, saindo de 10 anos e 10 meses para 7 anos e 11 meses.

Júri do **Carandiru** **é dissolvido**

São Paulo - A terceira etapa do julgamento do Carandiru foi encerrada ontem após o advogado Celso Vendramini, que representa os 15 policiais militares acusados, abandonar o plenário.

A saída de Vendramini aconteceu durante o depoimento do coronel da reserva Arival Salgado, o primeiro réu a ser ouvido nessa etapa do julgamento. Antes de sair, ele reclamou com o juiz que o promotor Eduardo Olavo Canto Neto estava lendo depoimentos longos que o coronel havia prestado em outras ocasiões. "O papel dos promotores não é ler depoimento e sim fazer perguntas." Para o promotor Canto Neto, o abandono foi um "desrespeito à lei e à sociedade".

A tragédia no Carandiru ocorreu no dia 2 de outubro de 1992, quando 111 detentos foram mortos e 87 ficaram feridos durante uma operação policial destinada a reprimir uma rebelião no Pavilhão 9 do presídio.

O julgamento foi desmembrado em quatro etapas, de acordo com o que aconteceu em cada um dos quatro andares. Na primeira etapa, em abril de 2013, 23 policiais foram condenados a 156 anos de reclusão. Na segunda etapa, em agosto, 25 policiais foram condenados a 624 anos de reclusão cada um pela morte de 52 presos.

CCJ aprova auxílio-moradia para juízes do Paraná

Projeto inclui o benefício na lista de vantagens que juízes e desembargadores podem receber, mas não traz valor nem critérios sobre o pagamento

Chico Marés

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou, por 6 votos a 3, o projeto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que possibilita a criação do auxílio-moradia para juízes e desembargadores. A proposta ainda precisa passar pela Comissão de Finanças para estar apta a entrar na pauta do plenário.

Questionado por repórteres se colocará o projeto em votação, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), ficou em silêncio. Após insistência, o tucano disse apenas: "Aguardem". Na semana passada, ele declarou que pretendia discutir a proposta com o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, antes de colocá-la na ordem do dia. Ontem, ele se reuniu com um grupo de representantes da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) para discutir a matéria.

Apresentado em dezem-



Alexandre Curi foi o relator da proposta do Judiciário.

bro do ano passado, o projeto inclui o auxílio-moradia entre as vantagens que juízes e desembargadores podem receber. O texto, porém, não especifica o valor do benefício nem quem poderá recebê-lo. Essa regulamentação ficaria a cargo do próprio TJ, sem necessidade de passar pela Assembleia.

Na CCJ, Ademar Traiano (PSDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Hermas Brandão Júnior (PSB) e Caíto Quintana (PMDB) foram favoráveis ao relatório do peemedebista Alexandre Curi, que defendia a constitucionalidade da matéria. Já os petistas Tadeu Veneri e Péricles de Mello e o deputado Pastor Edson Praczyk (PRB) votaram contra. Tercílio Turini (PPS) se absteve.

Queda de braço

O relatório de Curi já havia sido apresentado na semana passada. Na sessão de ontem, foi a vez de Veneri, que havia pedido vista na sessão anterior, apresentar um voto em separado. O petista argumentou que os tribunais superiores estabelecem limites para o alcance deste auxílio, quem pode recebê-lo e o valor máximo do benefício. Por simetria, a proposta não seria legal e traria o risco de o benefício ser pago a todos os magistrados, e não só aos que trabalham onde não possuem residência.

No entendimento de Curi, essa questão seria pertinente ao mérito, e não à legalidade da matéria — logo, deveria ser levantada em plenário, e não na CCJ. "Nós apenas discutimos a constitucionalidade. E nós entendemos que o Judiciário tem a prerrogativa de encaminhar essa mensagem e pedir uma autorização legislativa", afirma.

Veneri considera a análise equivocada. "Se for para analisar se quem envia tem ou não legitimidade, a Assembleia nem precisa de CCJ. A legitimidade nós não questionamos. Mas pode ser inconstitucional e ilegal. E, neste caso, é".

No ano passado, decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinaram a suspensão de resoluções que fixam o pagamento de auxílio-moradia de até R\$ 6 mil a magistrados de pelo menos cinco tribunais.

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

»SEGURANÇA

Cid Vasques pede para sair

Procurador de Justiça deixou ontem o comando da Secretaria de Estado da Segurança Pública do PR, após disputa com o Ministério Público

Diego Ribeiro

O procurador de Justiça Cid Vasques deixou ontem o comando da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sesp). A diretora-geral da pasta, Thathyana Assad, também pediu a exoneração. O substituto de Vasques será o terceiro titular da Sesp em três anos e quase dois meses do governo Beto Richa. Até o fechamento desta edição, o nome do novo secretário não havia sido anunciado. Por enquanto, o chefe de gabinete da Sesp, Walter Gonçalves assume interinamente a pasta.

“Setores do Ministério Público, instituição a que pertenço, na qual devotei e devoto importante parcela de minha existência, entenderam por bem obstaculizar a minha manutenção na direção da segurança pública”, afirmou Vasques, por meio de nota. A frase marca uma das crises mais fortes pela qual o procurador passou no comando da Segurança Pública do Paraná.

O agora ex-secretário travou, de setembro do ano passado a janeiro deste ano, uma disputa intensa para implantar o rodízio de policiais no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público Estadual (MP-PR). O próprio MP tentou impedir a renovação da licença de Vasques para atuar no Executivo, caso que foi parar até no Supremo Tribunal Federal (STF). No começo deste mês, o governador Beto Richa chamou para si a decisão e cancelou o rodízio de policiais no Gaeco.

“Eu não fui ‘escanteado’ da decisão. O governador ponderou todas as opiniões que se tem a respeito disso e deve baixar um novo ato regulamentando a atividade. Porque o que existia até então estava dando margem a controvérsias de interpretação”, disse Vasques, na época.

Por outro lado, apesar das crises enfrentadas (veja box abaixo), Vasques conseguiu um objetivo importante para o estado. O Paraná encerrou 2013 com uma queda acentuada de 18% no número de homicídios dolosos — foi a segunda queda em três anos. Ano passado, foram 2.575 homicídios em todo estado, contra 3.135 em 2012.

Nome forte

Coincidentemente, um dia antes do anúncio de sua saída, na segunda-feira, Vasques esteve reunido com a secretária de Estado da

Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes. Após o encontro, Maria Tereza saiu em viagem para tratar de assuntos particulares e deve retornar à capital na sexta-feira. Nos bastidores do governo estadual, há quem inclusive fale que a secretária é um nome forte para assumir o comando da Sesp.

Colaborou Felipe Aníbal

CONTINUA

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

HISTÓRICO

Além da disputa com o Ministério Público, o agora ex-secretário Cid Vasques enfrentou outras crises durante os 17 meses que esteve à frente da pasta:

Operação Vortex

Em abril do ano passado, uma operação deflagrada pelo Gaeco apontou um esquema de corrupção articulado a partir da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. Segundo as investigações, delegados e investigadores cobravam propina de donos de desmanches.

Crime Sem Castigo

A série de reportagens "Crime sem Castigo", da **Gazeta do Povo**, mostrou como a lentidão na investigação de assassinatos na capital paranaense leva à alta impunidade – nos últimos 10 anos, apenas 4% dos acusados foram condenados.

Prisão de Michelotto

Em dezembro de 2013, o ex-delegado-geral Marcus Vinícius Michelotto foi preso, em uma operação do Gaeco, acusado de envolvimento em um esquema de exploração de jogos de azar.

Falta de dinheiro

No fim do ano passado, a falta de recursos do governo estadual atingiu a Sesp. Viaturas chegaram a parar de rodar, por falta de combustíveis. Também faltou dinheiro para a manutenção de batalhões da PM e de delegacias.

Delegado-geral deixará o cargo à disposição

O delegado-geral da Polícia Civil, Riad Farhat, afirmou ontem que deve colocar o cargo à disposição assim que o novo secretário for anunciado. Ele lamentou a saída do procurador Cid Vasques da titularidade da pasta da Segurança Pública. "Lamento muito porque a equipe estava engrenada", disse, em entrevista por telefone.

Segundo Farhat, o seu nome foi escolhido por Vasques. "Meu cargo é de confiança e quem escolhe é o secretário da Segurança. Vou deixar o próximo secretário à vontade", disse. A reportagem tentou localizar o comandante-geral da Polícia Militar, coronel César Kogut, sem sucesso.

Michelotto

A saída de Cid Vasques coincidiu também com o pedido do ex-delegado-geral Marcus Vinícius da Costa Michelotto para deixar o Conselho da Polícia Civil e a Divisão de Polícia Especializada. De acordo com Farhat, a saída dele ocorreu de forma tranquila. Porém, nos bastidores da Polícia Civil, segundo apuração da reportagem, o clima era conturbado devido à permanência de Michelotto no Conselho. Muitos policiais contestavam a presença do delegado em razão de ele ser alvo de investigação do Gaeco.

CONTINUA

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Nunca houve desgaste com o MP”, afirma Vasques

ENTREVISTA

CID VASQUES, procurador de Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Paraná

Em entrevista por e-mail, intermediada pelo seu advogado, o procurador Cid Vasques disse que houve divergência com “determinado setor do MP” e negou que tenha saído pelo embate com o Gaeco.

Com qual sentimento o senhor deixa a Secretaria da Segurança Pública?

O sentimento é de missão cumprida. Os avanços que objetivamente alcançamos rapidamente, em um dos setores mais delicados do Estado do Paraná, foram impressionantes. Centenas de vidas foram poupadas ao se diminuir em 18% os homicídios no Paraná. Diante desse número, a satisfação é inevitável.

A recente decisão do governador de tomar para si a liberação dos policiais para o Gaeco influenciou na sua decisão?

Há uma política pública de Estado, que é dirigida pelo governador. A minha interação com o governo sempre foi excelente e, nessa sinergia, o nome abaixo da assinatura para a implementação de uma política pública, que reputo importante, nunca fez diferença.

Qual o peso do desgaste com o MP na sua decisão?

Nunca houve desgaste com o MP. Houve divergência com um determinado setor do MP. O MP é maior do que esse setor. O MP é uma instituição que não se resume a alguns dos seus membros. Ter que recorrer ao Poder Judiciário para afastar situações que considere inadmissíveis, e que inúmeras decisões judiciais assim consideraram, foi desagradável. Recentemente, recebi uma decisão favorável do STF contra as tentativas de me afastar da Secretaria. O que fazer? Confiar no Poder Judiciário! Não deixei a Secretaria por essa razão. Minha posição continuaria protegida pelo Poder Judiciário, inclusive pelo STF. Concluí meus trabalhos, cumpro as promessas e devolvi o encargo para que forças renovadas continuem a transformar o nosso estado.

O senhor afirma na no-

ta que o MP criou obstáculos para sua permanência. Significa exatamente o quê?

Como procurador de Justiça, necessito ser licenciado para funcionar como secretário de Segurança. Alguns setores do MP foram contra a manutenção dessa licença, mesmo com a diminuição dos homicídios em 18%, mesmo com o combate agressivo ao tráfico de drogas, mesmo com as conquistas na renovação da polícia. O que fazer? Não é possível agradar a todos.

O próprio governador elogiou o seu trabalho publicamente, pela redução dos homicídios e aumento do efetivo. O senhor não se sentiu respaldado pelo governo estadual a seguir na pasta?

O elogio do governador fala por si. O nosso entendimento foi e continua a ser rigorosamente perfeito.

O clima tenso dentro da Polícia Civil e a o apoio recente que o senhor deu ao delegado Riad influenciou na sua saída?

Inexiste qualquer influência. Repito. Alcancei os objetivos que me foram confiados e, ao terminar essa tarefa histórica, devolvi a função para que outras metas sejam desenhadas e alcançadas. O Dr. Riad tem feito um excelente trabalho na direção da Polícia Civil.

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Senador Barbosa

O PSB do governador Eduardo Campos planeja uma nova ação política de impacto, semelhante à da entrada no partido da ex-ministra Marina Silva e sua Rede Sustentabilidade: a filiação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), **Joaquim Barbosa (foto)**. Relator do processo do mensalão, Barbosa será convidado a disputar a vaga de senador pelo Rio de Janeiro. Ele pode se filiar até 5 de abril, seis meses antes da eleição. Sem contato com o presidente do STF, e tomando todos os cuidados para não fazer uma sondagem que pareça assédio político, Campos escalou a ex-corregedora da Justiça e ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon (que concorrerá ao Senado pela Bahia) para fazer a aproximação. No último sábado, Barbosa emitiu nota garantindo que não será candidato à Presidência. Mas não descartou concorrer a outros cargos.



Quantidade

12 MIL

peças se inscreveram para o concurso do Tribunal de Justiça do Paraná que deverá preencher 500 cartórios extrajudiciais, até o fechamento desta edição. São 11,4 mil candidatos para promoção (novos titulares) e 444 para remoção (titulares que querem transferência para outras serventias). As inscrições terminaram à meia-noite.

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

IRONIA

Juiz agradece por não ter de trabalhar e cria polêmica com o CNJ

O juiz federal de Brasília Marcelo Antonio Cesca causou polêmica ao postar no Facebook mensagem na qual ironizava o fato de ganhar sem trabalhar. No texto, ele agradece ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por estar há 2 anos e 3 meses recebendo salário integral, de R\$ 22 mil, sem trabalhar. Junto com a mensagem, ele divulgou fotografias em que aparece em uma praia. Cesca está afastado do cargo desde novembro de 2011 devido a problemas psiquiátricos. Mas já estaria apto a trabalhar, esperando apenas uma decisão do CNJ para voltar ao tribunal. À imprensa, o juiz afirmou que a postagem foi uma espécie de protesto. "Não é falta de vontade de trabalhar. O problema é que o CNJ não julga meu caso", explicou. O corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, pediu ao Tribunal Regional Federal (TRF-1) da 1ª Região, com sede em Brasília, que preste informações sobre o caso. Ontem, o TRF-1 informou apenas que Cesca está legalmente afastado.

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

» EVANGÉLICO

Hospital faz acordo para parcelar dívida

Amanda Audi

O Hospital Evangélico de Curitiba firmou acordo na Justiça do Trabalho ontem para pagar de forma parcelada a dívida trabalhista de mais de R\$ 15 milhões acumulada em quase mil ações movidas por trabalhadores e ex-funcionários da instituição desde o início dos anos 2000. O montante da dívida do hospital, porém, é de cerca de R\$ 250 milhões. A maior fatia refere-se ao passivo tributário, que passa dos R\$ 100 milhões. Os problemas de caixa ameaçam o funcionamento da entidade.

A negociação da dívida trabalhista teria sido um “grande passo” para que o atendimento à população no hospital continuasse normalmente. “Na forma como estava realmente criaria muita dificuldade para manter o atendimento”, diz João Jaime Nunes Ferreira, presidente da Sociedade Evangélica Beneficente, que mantém o hospital.

Segundo ele, os pagamentos aos funcionários estão sendo efetuados em dia desde setembro do ano passado, o que ajudaria a evitar novas ações trabalhistas.

O acordo firmado ontem teria sido feito em segredo de Justiça. Por isso, não foram revelados o valor e o número de parcelas estabelecidos para a entidade e nem a previsão de quitação total do passivo. Ferreira diz apenas que as parcelas serão “significativas”. Participaram do encontro representantes do hospital, do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

De acordo com o presidente da sociedade, as dívidas milionárias do Evangélico foram geradas pelo descompasso entre os repasses do SUS — que responde por 90% dos atendimentos da entidade — e o real custo dos procedimentos. O hospital tem esperança de conseguir saldar a dívida tributária de mais R\$ 100 milhões com a adesão ao Prosus, que permite o parcelamento de dívidas fiscais por entidades filantrópicas. A lei federal foi apresentada no ano passado mas ainda não foi regulamentada.

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

» BRASÍLIA

Ex-governador é condenado por jogo da seleção

O ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda foi condenado na segunda-feira em ação por improbidade administrativa por causa de irregularidades na promoção de um jogo amistoso de futebol entre as seleções do Brasil e de Portugal, em 2008. Em decisão da 1.^a Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, Arruda perdeu os direitos políticos e foi proibido de firmar contratos com o poder público, além de ter sido condenado a pagar multa. Apesar disso, como ele pode recorrer da sentença, as punições não serão aplicadas imediatamente.

A ação foi apresentada pelo Ministério Público, que constatou irregularidades no jogo de reinauguração do estádio Valmir Bezerra Campelo, conhecido como Bezerrão. O amistoso entre as seleções do Brasil e de Portugal, em 19 de novembro de 2008, custou R\$ 9 milhões aos cofres do governo de Brasília e não houve licitação. De acordo com as investigações, a autorização da liberação do dinheiro foi dada por Arruda.

» SÃO PAULO

Justiça acata denúncia de suborno do caso Alstom

A Justiça Federal em São Paulo abriu ontem um processo criminal contra 11 acusados de participação no esquema de pagamento de propina de R\$ 23,3 milhões pela multinacional francesa Alstom a políticos e funcionários de estatais do setor de energia do governo de São Paulo. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o suborno foi pago para a Alstom conquistar um contrato de R\$ 181,3 milhões para fornecer equipamentos para três subestações elétricas da Eletropaulo e EPTE (Empresa Paulista de Transmissão de Energia).

Os denunciados à Justiça são todos servidores públicos. Não há nenhum político na lista. Apesar disso, a Justiça Federal também autorizou ontem a abertura de um novo inquérito para investigar se o vereador paulistano Andrea Matarazzo (PSDB) teve participação no esquema. À época em que foi assinado o contrato da Alstom com as empresas do governo paulista, em abril de 1998, Matarazzo era o secretário de Energia do governador Mário Covas (PSDB).

» JUSTIÇA

TST proíbe Correios de cortar salários de grevistas

O ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), proibiu os Correios de descontar salários dos empregados da empresa que estão em greve. No entanto, o magistrado determinou que 40% dos funcionários continuem trabalhando. A decisão foi publicada ontem. As informações são da Agência Brasil.

O pedido para evitar os descontos foi feito pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect). A entidade argumentou que a empresa cortou o pagamento do tíquete-alimentação dos funcionários que entraram em greve. Na mesma decisão, o ministro determinou que a Fentect informe se está cumprindo uma decisão anterior dele que determinou a manutenção do percentual mínimo em serviço.

Revolta

Os funcionários dos Correios iniciaram uma paralisação parcial no dia 29 de janeiro alegando que a administradora do plano de saúde oferecido pela empresa, a Postal Saúde, estava cobrando por serviços médicos. Em seu site, a federação divulgou nota fiscal de um funcionário que pagou por atendimentos médicos, além de citar casos de outros empregados que também pagaram por serviços em hospitais.

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

STF manda Congresso retomar o pagamento dos supersalários

Liminar do ministro Marco Aurélio Mello restabelece remuneração de 1,8 mil servidores que recebiam acima do teto constitucional de R\$ 29,4 mil



Marco Aurélio: "Afã de se ter melhores dias não pode justificar um recuo na concretização dos ditames constitucionais".

Em decisão liminar, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou à Câmara dos Deputados e ao Senado que voltem a pagar salários superiores a R\$ 29,4 mil, que é o teto do funcionalismo público. Com a medida, cerca de 1,8 mil servidores que recebiam acima do teto poderão voltar a receber os valores.

O ministro argumenta que os servidores atingidos pelo corte, determinado no ano passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), deveriam ter sido ouvidos. A decisão retoma o pagamento até que o plenário do Supremo analise o caso. Não há data programada para isso. Segundo o TCU, o pagamento acima do teto gerava um prejuízo de R\$ 517 milhões por ano somente na Câmara.

Essa é a segunda vez que Marco Aurélio decide favoravelmente aos servidores do Congresso que ganham acima do teto. Em decisão anterior, ele havia dado um despacho

a favor de um único servidor. Agora, atendeu a um pedido do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), beneficiando todos os funcionários afetados por redução nos supersalários.

No despacho de sua última decisão, o ministro disse que, "no afã de se ter melhores dias", não pode ocorrer "um recuo na concretização dos ditames constitucionais". "A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em nenhum momento, intimaram os servidores potencialmente afetados pelo cumprimento das decisões do órgão de controle a se manifestarem nos procedimentos internos destinados a atender ao que assentado", afirmou. "Em síntese, deixou-se de observar o contraditório necessário", acrescentou.

Batalha

Para o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, o deferimento da liminar é uma vitória dos servidores que, segundo ele, querem ampliar o debate sobre a regulamentação do teto remuneratório. "Vencemos apenas uma batalha. O STF ainda analisará o mérito da liminar. É importante frisar que, além das disputas judiciais, o sindicato quer ampliar o debate sobre a regulação do teto remuneratório. Por que somente os servidores do Legislativo são penalizados, sendo que juízes e membros do Ministério Público, parlamentares e ministros não são afetados com a medida?"

19 FEV 2014

GAZETA DO POVO

Júri de ação no Carandiru é suspenso 48 POLICIAIS

já foram condenados pelo chamado Massacre do Carandiru. Um grupo de 23 PMs foi condenado em abril de 2013 a 156 anos de prisão cada um – três foram absolvidos. Em agosto do mesmo ano, outros 25 receberam pena de 624 anos.

Advogado de defesa abandonou o plenário durante depoimento de testemunhas. Uma nova data para o julgamento deverá ser marcada

O advogado Celso Vendramini, que defende os 15 policiais militares acusados de matar oito presos do massacre do Carandiru, abandonou o plenário ontem, enquanto ocorria o interrogatório dos réus. Com isso, o juiz Tellini de Aguirre Camargo suspendeu o julgamento.

O conselho de sentença foi dissolvido, segundo o Tribunal de Justiça. Dessa forma, tudo que foi feito nesses dois dias de júri é cancelado e uma nova data ainda será definida para que o julgamento recomece.

Depoimento

Vendramini abandonou o júri quando Arivaldo Sérgio Salgado, comandante da tropa do COE (Comando de Operações Especiais), prestava depoimento à Promotoria. Ele relatava como foi a opera-

ção de sua tropa no terceiro andar da Casa de Detenção do Carandiru.

O advogado irritou-se porque um promotor estava lendo trechos de um depoimento antigo de Salgado, sem fazer perguntas. A defesa então pediu a intervenção do juiz, que não acatou. Irritado, Vendramini avisou que abandonaria o plenário e se retirou. Já fora do plenário, ele disse que o juiz está sendo parcial.

“Os advogados não têm o costume de fazer isso. Foi uma afronta, um desrespeito à lei, desrespeito à sociedade em geral. Realmente lamentável”, afirmou o promotor Eduardo Olavo Canto Neto. “Ele percebeu que o plenário caminhava para a solução que ele não gostaria que acontecesse e optou por abandonar”, afirmou outro promotor, Marcio Friggi.

Desde anteontem, defesa e Promotoria têm se desentendido. O Ministério Público se queixou no primeiro dia de júri que o advogado estaria sendo desrespeitoso com as testemunhas.

Terceiro

Esse é o terceiro julgamento de policiais envolvidos no massacre. Em abril de 2013, 23 PMs que entraram no primeiro andar do prédio foram condenados a 156 anos de prisão cada um, e outros três foram absolvidos. Na segunda etapa, em agosto, 25 PMs receberam pena de 624 anos.

GAZETA DO POVO

Rui CARLO DISSENHA

19 FEV 2014

Manifestações e violência estatal

Universitários buscando mudanças tomam as ruas em protestos que se espalham pelo país. Originalmente pacíficas, as manifestações produzem alguns poucos conflitos com a polícia. Rapidamente, todavia, esses embates se tornam o foco da imprensa, interessada em histórias de choque e sangue que alimentam a estética da violência. Assim, para buscar mais espaço na mídia, o movimento se reorganiza no sentido de aumentar o conflito, e mesmo os líderes pacíficos originais acabam substituídos por representantes de grupos violentos. Novos jovens interessados em participar das manifestações se identificam com o que veem na tevê e acabam por engrossar a violência. A escalada da pancadaria provoca reações sociais e a comunidade clama por medidas mais enérgicas para a salvaguarda da ordem. Como o Estado busca legitimidade, atende ao pleito popular e aumenta a força na repressão aos manifestantes. Em pouco tempo os protestos perdem o apoio popular, tachados de mera desordem de arruaceiros.

O parágrafo acima se refere não às manifestações brasileiras de 2013, mas aos movimentos estudantis norte-americanos de 1968. Segundo Todd Gitlin, autor de *The Whole World is Watching*, de 1980, naqueles movimentos se instalou um processo “natural” de controle social no qual a própria população acabou enterando a legitimidade dos protestos sob o apoio que deu à repressão.

O autor indica como o movimento cresceu em conflitualidade por causa de uma relação lógica entre demanda de publicidade pelos manifestantes e o interesse da mídia em apresentar os seus momentos mais violentos, o que elevou o número e o nível dos confrontos. O paralelo com as manifestações de junho de 2013 e a atuação dos black blocs é inevitável.

O interessante na análise de Gitlin, transponível aos nossos dias, é o reconhecimento de que o aumento da violência estatal não se deu por interesse direto

do Estado, mas por solicitação do próprio corpo social. O pleito popular por ações oficiais mais duras é atendido pelo Estado, que aumenta, de saltos, seu arcabouço repressivo. Esse efeito ocorreu tanto em 68 quanto, de forma surpreendentemente similar, aqui, em 2013: veja-se que, apesar da catatonia inicial do Estado, agora até mesmo novos crimes e penas já são projetados. Embora tais movimentos legislativos criminalizantes acabem por limitar a liberdade de expressão de cidadãos e da mídia, ainda assim contam com o apoio de ambos, e são entendidos como a panaceia para — pasme! — a garantia de direitos humanos.

Embora o raciocínio esteja fragorosamente equivocado, o que impressiona é a nossa imensa capacidade de fazer escolhas e sustentar ideias que se voltam contra nós mesmos. Sabe-se que qualquer espécie de violência é execrável, e manifestantes violentos merecem a adequada resposta penal, mas, ao se apoiarem medidas mais restritivas aos nossos direitos e permissivas à violência do Estado, é a nossa própria dignidade que entra em xeque. A construção de uma opinião popular crescente em favor de teses como redução da maioria penal, alargamento de penas, criação de novos crimes e, agora, a definição do inefável terrorismo (bem como toda a longa lista da cantilena pró-segurança pública) faz somente dar passagem ao Estado de exceção. É de se lembrar — mesmo porque nossa história recente não nos deixa esquecer — que o Estado de polícia apenas aguarda o empurrão popular para tomar de assalto a nossa liberdade.

Rui Carlo Dissenha é professor de Direito Penal na UFPR e na Universidade Positivo e membro do Instituto de Filosofia do Direito e Direitos Humanos.

19 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJPR: Juiz Vítor Roberto Silva é escolhido novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná

O Pleno do Tribunal de Justiça, em sessão administrativa, promoveu na segunda-feira (17), pelo critério de merecimento, o juiz Vítor Roberto Silva para ocupar o cargo de desembargador, vago desde a aposentadoria do desembargador Paulo Hábit.

Com 48 anos, natural de Ponta Grossa, o novo desembargador iniciou carreira na magistratura em 1990 e exerceu suas funções nas comarcas de Capitão Leônidas Marques, Engenheiro Beltrão, Assis Chateaubriand, Goioerê, Cianorte, Cascavel e Londrina. Desde 2011 atua como juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça.

19 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedro
Washington

Panorama Político

JULGAMENTO...

A continuar no ritmo atual, o sofrimento do ex-deputado Fábio Camargo, afastado do Tribunal de Contas para o qual fora "eleito por seus pares", obrigando-o a renunciar ao mandato de deputado para assumir a cadeira de Conselheiro e posteriormente afastado por decisão judicial liminar, não terá limite. No recurso ele pede para voltar ao cargo, até que outro caso seja julgado pelo Pleno: um mandado de segurança que o afastou do TC.

...SOFRIDO

O julgamento do Órgão Especial do TJ do Paraná, que conta com 25 desembargadores, foi mais uma vez interrompido por pedido de vistas. Desta vez pelo desembargador Luís Carlos Xavier. Quando o julgamento já apresentava 7 votos contra ele e 2 a favor. No andar da carruagem, até todos votarem, um sofrimento inaudito.

19 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Reconhecida repercussão sobre tributação previdenciária

Alega-se que a natureza jurídica não lucrativa de entidades afasta a incidência dos impostos

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a repercussão geral em matéria acerca da cobrança de tributos das entidades fechadas de previdência complementar. No Recurso Extraordinário (RE) 612686, interposto ao Supremo pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abra-pp), se alega que a natureza jurídica não lucrativa dessas entidades afasta a incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Segundo o RE, o fato gerador desses tributos decorre do exercício de atividade empresarial que tenha por objeto ou fim social a obtenção de lucro. A natureza não lucrativa das entidades fechadas de previdência, por sua vez, está fixada em lei federal que trata dessas pessoas jurídicas, a Lei 6.435/1977, revogada pela Lei Complementar 109/2001, atualmente em vigor.

O argumento trazido no recurso refere-se à alegação de inconstitucionalidade do artigo 1º da Medida Provisória 2.222/2001.

A norma estabelece incidência das regras do IR de pessoas jurídicas não financeiras aos ganhos auferidos nas aplicações e reservas das entidades abertas de previdência complementar e de seguradoras que operam planos previdenciários.

19 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TST: Bancária terá terço de férias incluído no cômputo de pensionamento vitalício

O HSBC Bank Brasil S.A. terá de incluir o abono de um terço de férias no cálculo da indenização da pensão vitalícia concedida a uma trabalhadora acometida de doença profissional. A decisão foi da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que confirmou a condenação da entidade bancária

em R\$ 200 mil por danos morais e estéticos, além de reparação por despesas médicas.

A empregada, que ocupava a função de caixa, era responsável, juntamente com mais quatro colegas, pela compensação de 24 mil cheques por dia, em média, com jornada de nove horas.

STJ rejeita recurso da BB Previdência contra base de cálculo de PIS e Cofins

Por maioria de votos, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a recurso especial interposto pela BB Previdência, fundo de pensão do Banco do Brasil, que buscava rever a base de cálculo das contribuições do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins.

A BB Previdência entrou na Justiça alegando que a cobrança do PIS e da Cofins não poderia ser estabelecida nos moldes do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei 9.718/98, ou seja, tendo como base de cálculo a totalidade das suas receitas, diante da inconstitucionalidade

de desse dispositivo declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Requeru, ainda, caso não acolhido esse pedido, que fosse reconhecida a não incidência das contribuições sobre a movimentação financeira denominada transferência interprograma (pagamentos realizados a outra entidade pela administração de investimentos), sob o fundamento de que, por ser uma movimentação de rubrica contábil, não enseja aumento de ativo ou ingresso de recursos em conta e não caracteriza receita-faturamento nem despesa administrativa.

19 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juiz ordena investigação sobre Matarazzo

Magistrado afirma que 'há ao menos indício' de que PSDB e secretaria dirigida por ele receberam 'valores indevidos'

Defesa do vereador diz que novo inquérito é 'kafkiano' porque ele não teve participação no contrato da Alstom

A Justiça autorizou a abertura de um novo inquérito para investigar se o vereador Andrea Matarazzo (PSDB) recebeu propina da Alstom para ajudar a empresa a obter um contrato de R\$ 181,3 milhões sem licitação.

Matarazzo era o secretário estadual de Energia à época da assinatura do contrato, em abril de 1998, na gestão do governador Mário Covas (PSDB).

Segundo despacho do juiz Marcelo Cavali, pessoas subordinadas a Matarazzo "foram tidas como beneficiárias de propinas" e "há ao menos indício de que o próprio partido político ao qual é filiado e a própria Secretaria de Energia dirigida por ele —conquanto em curto espaço de tempo— tenham sido beneficiários de valores indevidos".

O vereador foi indiciado pela Polícia Federal sob suspeita de corrupção, mas os procuradores Rodrigo de Grandis e Andrey Mendonça não incluíram Matarazzo na denúncia do caso por entenderem que não havia provas contra o tucano. Mas pediram a abertura de novo inquérito.

O principal indício apontada pela PF, e citado na decisão da Justiça, é uma carta com data de outubro de 1997 na qual um diretor da Alstom cita o pagamento de propina para as "finanças do partido", o "Tribunal de Contas" e a "Secretaria de Energia".

Eduardo Bernini, ex-presidente da EPTE, e três franceses ligados à Alstom também serão alvo da nova apuração.

A defesa de Matarazzo alegou que o vereador "é homem público, que se vê ilegitimamente submetido a alto grau de constrangimento, em época de proximidade do pleito eleitoral". O juiz, porém, rebateu: "Um dos ônus do exercício de funções públicas é justamente a sujeição à permanente vigilância da sociedade".

O advogado de Matarazzo, Antônio Claudio Mariz de Oliveira, afirma que "não vai ser agora que vão encontrar" provas contra o vereador. "É um inquérito kafkiano que não tem causa nem objeto".

Ele diz que Matarazzo não teve qualquer atuação no contrato da Alstom.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ALARME FALSO

Joaquim Barbosa telefonou para a presidente Dilma Rousseff na segunda. Disse que informações sobre sua eventual saída do STF (Supremo Tribunal Federal) para disputar as eleições não passam, por enquanto, de especulação. Afirmou que, como os ministros são indicados pela Presidência, ele jamais sairia da função sem comunicar antes a ela. O ministro ainda não decidiu a data em que sairá da corte neste ano.

BONS AMIGOS

A conversa foi considerada amistosa no Palácio do Planalto. Dilma e Barbosa, a despeito de eventuais divergências, se dão bem.

ÁGUA E VINHO

E a missão de convencer Joaquim Barbosa a ser candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro na chapa de Eduardo Campos para presidente é considerada difícil. O ministro não tem afinidade com o candidato do PSB, segundo pessoas de seu círculo próximo.

LINHA

Barbosa tem simpatia, na verdade, por Marina Silva, provável vice de Campos. Mas isso pode não ser suficiente para convencê-lo a apoiar a chapa.

CEP

Ainda a Justiça: o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que hoje ocupa um andar no prédio do STF, vai mudar de lugar. Deve ocupar antigo prédio da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação).

19 FEV 2014

Presidente da OAB critica seção que tenta limitar número de entrevistas

DE SÃO PAULO - O presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Marcos Vinicius Furtado Coêlho, disse ontem que a seccional de Pernambuco não tem competência para limitar a quantidade de entrevistas que os profissionais podem dar à imprensa. O texto da seccional, apro-

vado no final de 2013, limita a partir deste mês o número de entrevistas que advogados do Estado podem dar à imprensa.

“As seccionais não possuem poder regulamentar sobre matérias acerca do exercício da advocacia. É de competência exclusiva do Conselho Federal [da OAB]”, declarou Coêlho.

PAINEL

Calma lá Um aliado de Eduardo Campos (PSB) enxerga com reservas a negociação do partido com Joaquim Barbosa. “Se for candidato, ele descredencia todas as decisões que tomou no Judiciário”, diz o pessebista.

Saída Colegas de Barbosa no STF acreditam que o presidente da corte abriu brecha para evitar essas críticas ao escrever, em nota, que “após deixar a condição de servidor público, suas decisões passam a ser de caráter privado”.

Corte promete resolver o caso de juiz afastado

Instado a se manifestar sobre o juiz Marcelo Cesca, que reclamou numa rede social por estar afastado do trabalho há mais de dois anos, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região disse ontem que está empenhado em obter uma “rápida solução” para o caso que seja “juridicamente válida”. Na semana passada o juiz publicou fotos dele na praia e ironizou o CNJ.

MÔNICA BERGAMO

CÍRCULO

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais julga na próxima semana se mantém a decisão de primeira instância que reconheceu a professora Rosemary Moraes como filha do ex-vice-presidente José Alencar. Os advogados da família dele pretendem reverter o veredicto alegando que não há indícios nem provas de que a mãe dela tenha conhecido o político mineiro.

ETERNA DÚVIDA

Alencar se recusou a fazer exame de DNA para afastar de vez a possibilidade de ser pai de Rosemary. O caso se arrasta há 13 anos na Justiça. Em jogo está a herança de fortuna avaliada em alguns bilhões.

19 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do STF libera supersalário para o Congresso

Marco Aurélio Mello restituiu remuneração de 1,8 mil servidores até que plenário do Supremo julgue o tema

Sindicato argumenta que outros órgãos públicos não precisam cortar salários acima do teto de R\$ 29,4 mil

DE BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello restabeleceu o pagamento dos chamados “supersalários” que ultrapassam o teto constitucional de R\$ 29,4 mil para cerca de 1,8 mil servidores do Congresso.

Segundo o ministro, que atendeu pedido do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Legislativo), nos processos administrativos em que a Câmara e o Senado resolveram cortar os valores que ultrapassavam o teto, os servidores não foram ouvidos, o que desrespeita a Constituição.

“Em síntese, deixou-se de observar o contraditório necessário na via administrativa (...) Descabe endossar, no

afã de se ter dias melhores, um recuo na concretização dos ditames constitucionais”, diz trecho da decisão.

Para garantir o corte dos “supersalários”, a Câmara e o Senado terão que ouvir cada um dos cerca de 1,8 mil servidores nos processos administrativos ou recorrer da decisão de Mello e aguardar que o caso seja analisado pelo plenário do Supremo.

A determinação para o corte dos “supersalários” partiu de uma recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União) de outubro passado. Segundo auditores do órgão, o pagamento dos valores acima do teto, somente na Câmara, gerava um prejuízo de R\$ 517 milhões por ano.

De acordo com o TCU, o salário desses servidores acabou superando o valor máximo estabelecido pela Constituição (equivalente aos vencimentos de ministros do STF) uma vez que muitos recebiam extras por funções comissionadas ou recebiam be-

nefícios que não eram computados oficialmente como salário, evitando assim o abate pelo teto.

Para o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, o deferimento da liminar é uma vitória dos servidores que, segundo ele, querem ampliar o debate sobre a regulamentação do teto.

Paixão afirma que, além dos servidores do Legislativo, membros do Ministério Público e da magistratura também recebem valores acima do limite constitucional.

“Vencemos apenas uma batalha. O STF ainda analisará o mérito da liminar. É importante frisar que, além das disputas judiciais, o Sindicato quer ampliar o debate sobre a regulação do teto remuneratório no país. Por que somente os servidores do Legislativo são penalizados, sendo que juízes e membros do Ministério Público, parlamentares e ministros não são afetados com a medida?”, disse Paixão. (SEVERINO MOTTA)

19 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Defesa abandona plenário e júri do massacre do Carandiru é cancelado

Advogado acusou juiz de ser 'parcial'; magistrado não comentou

Em um dia que parecia tender para a acusação, o advogado de 15 policiais militares acusados de matar oito presos no terceiro andar do Carandiru, no massacre de 1992, abandonou ontem o júri, o que causou o seu cancelamento.

Celso Vendramini alegou que o juiz Rodrigo Tellini Camargo estava sendo "parcial". O magistrado não falou com a imprensa. Era o segundo dia de julgamento. Uma nova data será marcada com novos depoimentos e novos jurados.

O defensor deixou o júri enquanto o coronel Arivaldo Sérgio Salgado, comandante da tropa do COE (Comando de Operações Especiais) que atuou no massacre e é réu no processo, era interrogado pela Promotoria. O oficial relatava como foi a operação de sua tropa no pavilhão 9.

A acusação lia trechos de um depoimento de Salgado, dado 20 dias após o massacre, em que ele afirmava não ter visto presos mortos no térreo, informação que contra-

dizia uma testemunha de defesa ouvida pela manhã.

A testemunha, um agente penitenciário, dissera ter visto cerca de 50 mortos ali antes da entrada da polícia.

O advogado mostrou-se irritado quando o promotor leu trechos do depoimento antigo e pediu ao juiz que o interrompesse. Camargo não acatou. Vendramini, então, retirou-se.

"Estou abandonando o plenário em protesto a esse tipo de inquisição", disse.

“ Ele [juiz] estava tendenciando para o Ministério Público

CELSO VENDRAMINI
advogado de defesa dos PMs

Ele [defensor] percebeu que o caldo entornava, optou por levantar, não discutir a causa e ir embora

MARCIO FRIGGI
promotor

"Ele [juiz] estava tendenciando para o Ministério Público. Ontem [anteontem], ele ficou 40 minutos trancado com os jurados numa sala sozinho, e não deve fazer isso, porque isso causa suspeita. Hoje foi a gota d'água", disse, após deixar o plenário.

O advogado negou que sua saída tenha sido estratégica.

Para a acusação, a atitude se deu porque as provas favoreciam a Promotoria. "Ele percebeu que o caldo entornava, optou por levantar, não discutir a causa e ir embora", disse o promotor Marcio Friggi.

O julgamento do massacre está sendo feito em etapas. Esse era o terceiro júri. Em 2013, 48 PMs foram condenados pelas mortes no primeiro e no segundo andares. Eles recorrem em liberdade.

O Tribunal de Justiça informou que a quarta etapa, marcada para 17 de março, está mantida. Serão julgados policiais do Gate (Grupo de Ações Táticas Especiais) pela atuação no quarto andar do pavilhão 9. (MARINA GAMA CUBAS E REYNALDO TUROLLO JR.)

19 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Eleições limpas também na OAB

CELSO BARROS COELHO

Na Ordem dos Advogados, com o atual sistema eleitoral, não há representação autêntica e legítima, mas apenas um simulacro

Em artigo publicado nesta **Folha** ("Em defesa da Constituição", 29/12), o presidente do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) declara que a instituição luta por uma reforma política que seja capaz de equilibrar o pleito, mantendo na disputa apenas aqueles que tenham ideias e propostas, e não apenas interesses.

É louvável e até natural que a OAB lute por essa reforma. Tem a OAB salientado também o seu empenho em pugnar por uma reforma política visando à prática de eleições limpas, que é uma conquista inerente ao Estado democrático de Direito.

Ao tratar desse tema, imposto pelo dever da moralizar as instituições políticas, a OAB deve ser coerente, exigindo eleições limpas não apenas no âmbito da política partidária, mas no seio da própria Ordem, na qual é posto em prática um sistema que nega o princípio básico da igualdade e afeta a democracia.

As eleições na OAB obedecem ao seguinte modelo: organizam-se tantas chapas quanto são as facções em disputa em cada Estado (seccional da OAB). Vota-se em cada uma isoladamente, sendo vitoriosa a que obtiver o maior número de votos válidos, ficando as demais sem qualquer representação no Conselho

Seccional, no Conselho Federal (que elege o presidente nacional da OAB) e na Caixa de Assistência dos Advogados. Mesmo que a soma das chapas vencidas tenha conquistado a maioria, permanece o resultado da única chapa vencedora.

É o chamado voto vinculado, um artifício político usado no tempo da ditadura militar. É um resquício dessa ditadura para garantir a permanência no poder com o controle absoluto dos partidos políticos. E com ele se compraz a OAB que, adotando esse critério, desce ao nível do casuísmo, com o qual é incompatível a democracia e a cidadania.

Está escrito em nossa Constituição que um dos fundamentos do Estado democrático de Direito por ela criado é a dignidade da pessoa humana. A OAB não leva em conta esse valor, que gera a segurança e imprime respeito aos postulados essenciais da democracia.

§ A representação política é a base para legitimar o poder e justificar a

soberania do Estado. Esta, por sua vez, repousa no pluralismo, que permite a participação de todos, e não apenas de uma minoria.

Na Ordem dos Advogados, com o atual sistema eleitoral, não há representação autêntica e legítima, mas apenas um simulacro, que é preciso extirpar, a menos que continuemos a trilhar caminhos tortuosos que nos levam ao descrédito. Isso impõe a cada advogado o dever de mudar, sem demora, a prática adotada. É indiscutível que ela beneficia uma minoria encastelada no poder. Mas isso não serve à instituição que tem, nos postulados democráticos, os alicerces de sua organização e a justificação de sua autoridade moral.

A supremacia da ordem jurídica é o objetivo principal a ser alcançado. Com ela é incompatível a política eleitoral adotada pela OAB.

Conclamamos todos os advogados a cerrarmos fileiras no sentido de legitimar nossa representação e dar exemplo de coerência, na subordinação a esse princípio ético, e que os atuais dirigentes da OAB passem também a tratar do processo político da instituição.

CELSO BARROS COELHO, 91, é advogado. Foi deputado federal do MDB e do PFL pelo Piauí e presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Piauí entre 1964 a 1974

19 FEV 2014

BEMPARANÁ

Auxílio moradia

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa aprovou ontem parecer favorável ao projeto do Tribunal de Justiça que institui o auxílio moradia para juízes nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado. Três deputados votaram contra o parecer do relator Alexandre Curi (PMDB): Tadeu Veneri (PT), Péricles de Mello (PT) e Edson Praczyk (PRB). Tercírio Turini (PPS) se absteve na votação.

Valores

Veneri justificou o voto contra alegando que a proposta é inconstitucional — não prevê quais valores serão pagos, nem o total valor estimado do gasto, ou quem teria direito. Esses detalhes serão regulamentados pelo próprio TJ.

19 FEV 2014

BEMPARANÁ

Cid Vasques deixa secretaria de Segurança Pública

Governador indica Walter Gonçalves, atual chefe de gabinete da secretaria, para responder pela pasta interinamente

Cid Vasques não é mais secretário de Estado da Segurança Pública. Ele entregou o cargo ontem, e vai retornar para a carreira de promotor no Ministério Público do Paraná (MP-PR). Nos últimos meses Vasques vinha lutando para manter sua licença do MP e continuar na secretaria. Ainda segundo o ex-secretário, a decisão de deixar o governo foi pessoal. O governador Beto Richa aceitou o pedido de afastamento e indicou Walter Gonçalves, atual chefe de gabinete da secretaria, para responder interinamente pela pasta. Richa elogiou o desempenho de Vasques à frente da área de Segurança

“Setores do Ministério Público, instituição a que pertencço, na qual devotei e devoto importante parcela de minha existência, entenderam por bem obstaculizar a minha manutenção na direção da segurança pública”, escreveu o ex-secretário em carta de manifestação pública publicada no final da tarde de ontem.

Na carta, Vasques evitou tecer críticas mais profundas sobre a sua relação com o MP-PR, e preferiu salientar os resultados durante sua gestão na Sesp desde que assumiu, há um ano e meio. O principal ponto foi a redução de 18% no índice de homicídios no Estado e o reaparelhamento da polícia.

Desde que o MP-PR exigiu seu retorno, Vasques também iniciou uma batalha jurídica para ficar no governo. “Por entender que garantias constitucionais básicas estavam sendo agredidas, tive de bater às portas do Poder Judiciário”, disse. O ex-secretário entrou com ações no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), se defendeu no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e também recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), sempre conseguindo estender sua condição de secretário.

19 FEV 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Juízes

Auxílio polêmico

Miguel Manasses

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa (Alep) aprovou na tarde de ontem projeto de lei do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que institui auxílio-moradia nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado. Para o deputado Tadeu Veneri (PT), que votou contra, a proposta é inconstitucional. “O projeto do TJ não especifica quem será beneficiado e, neste caso, ficamos em uma situação vulnerável, pois o auxílio pode ser estendido a todos os magistrados indistintamente, sejam eles aposentados, pensionistas, assim como aos que possuem moradia própria ou que residem em apartamentos do Estado. Isso não é uma verba reembolsável e sim um aumento salarial”.

Ele foi voto vencido. O projeto agora segue para a Comissão de Finanças da Assembleia. O presidente da Alep, deputado Valdir Rossoni (PSDB), disse que não pretende colocar a proposta em votação antes de rediscuti-la com o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes.

19 FEV 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Secretário pede pra sair

A saída do secretário estadual da Segurança Pública, Cid Vasques, tomou o Governo do Paraná de surpresa. No fim da tarde de ontem, ele anunciou a decisão ao governador Beto Richa, que aceitou o pedido de exoneração e indicou Walter Gonçalves, atual chefe de gabinete da Secretaria, para responder interinamente pela pasta.

Em texto publicado no site da secretaria, Vasques afirmou que setores do Ministério Público entenderam por bem agir como obstáculo à manutenção dele na direção da segurança pública.

O ex-secretário destacou resultados alcançados no ano e meio que ficou à frente da pasta: “a redução no índice de homicídios em 18% no Estado, a aquisição de 1.220 viaturas, a incorporação de milhares de policiais, além de gigantescas apreensões de drogas e armas”. Para Vasques, os bons resultados se devem ao reconhecimento do trabalho das polícias Civil, Militar e Científica e dos bombeiros militares, que, segundo ele, não devem ser comandados por nenhuma instituição que não o Governo do Estado.

Vasques volta ao Ministério Público, “para perseguir o interesse público num outro local e numa atividade diferente”. O ex-secretário conclui a nota: “A minha luta sempre foi por convicções. O preço que se paga, por vezes, é alto. Mas a falta de coragem seria um preço alto demais. Esse preço, em hipótese alguma, estou disposto a pagar”.

BRIGA

Vasques é procurador do MP-PR e obteve licença para ocupar o cargo na secretaria. Desde setembro do ano passado, quando determinou o rodízio de policiais cedidos ao Grupo de Atenção Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), teve sua licença cassada pelo órgão, como retaliação. Foi o início de uma batalha de liminares entre o Vasquez e o MP-PR, que foi levada ao Supremo Tribunal Federal, onde o pedido do MP-PR para que fossem suspensas todas as decisões do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no caso Cid Vasques foi indeferido.

19 FEV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Secretário de Segurança pede exoneração do cargo

Cid Vasques atribuiu saída à relação conturbada com o MP

O secretário de Segurança Pública do Paraná, Cid Vasques, deixou o cargo nesta terça-feira (18). Em nota divulgada pela secretaria, ele atribuiu a saída a setores do Ministério Público (MP), que "entenderam por bem obstaculizar a minha manutenção na direção da segurança pública". O Chefe de Gabinete, Walter Gonçalves, assumiu interinamente o cargo.

Vasques é funcionário de carreira do MP, e esteve no centro de polêmicas entre o órgão e



Cid Vasques travou queda de braço com o Gaeco

a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). Cedido à administração estadual, Vasques teve o pedido de renovação da licença para exercer o cargo de secretário negado pelo órgão especial do MP. O Tribunal de Justiça do Paraná, porém, suspendeu a decisão, o que permitiu a permanência dele no cargo. O caso foi levado até o STF, com decisão favorável ao então secretário.

Com a saída, Vasques deve retornar ao cargo de procurador do MP.

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça aceita denúncia contra 11 envolvidos com propinas da Alstom

A Justiça Federal em São Paulo aceitou denúncia contra 11 acusados de participar de um esquema de propinas para beneficiar o grupo francês Alstom em contratos com o governo paulista. O juiz Marcelo Costenaro Cavali estipulou prazo de dez dias para que os réus apresentem defesa, e retirou o sigilo do processo. Os envolvidos respondem por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), entre 1998 e 2002, Jonio Foigel e Thierry Charles pagaram R\$ 23,3 milhões, em valores atualizados, como propina. A corrupção envolveu, de acordo com o MPF, funcionários públicos da Eletropaulo (estatal à época), da Engenharia e Planejamento em Transmissão de Energia (EPTE), do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. O esquema, comandado por Charles, Foigel e Daniel Huet consistia em aliciar funcionários com poder de decisão no governo estadual para garantir operações benéficas à Alstom.

19 FEV 2014

19 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça italiana renova prisão de Pizzolato

Corte atende a pedido do governo do país europeu e ex-diretor do Banco do Brasil, condenado no mensalão, permanece em presídio de Módena

Wilson Tosta

ENVIADO ESPECIAL | MÓDENA

A pedido do Ministério da Justiça da Itália, a Corte de Apelação de Bolonha decidiu manter preso o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado a 12 anos e sete meses de prisão no processo do mensalão pelos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Pizzolato fugiu para o país europeu em setembro do ano passado tentando escapar do cumprimento da pena. Ele alega ser inocente.

O tribunal renovou automaticamente a reclusão do ex-diretor do BB, que está no presídio de Sant'Anna, em Módena, onde poderá ficar pelo menos até 17 de março, quando acaba o prazo de 40 dias para que o Brasil peça a extradição dele, segundo tratado com a Itália. O procurador Eduardo Pelella, chefe de gabinete do procurador-geral da República do Brasil, Rodrigo Janot, reconheceu que será difícil conseguir que o governo local extradite um de seus nacionais - Pizzolato possui cidadania italiana.

Pelella ressaltou que a manifestação do ministério pode indicar que os italianos não descartam extraditar Pizzolato. O ex-diretor foi preso na Itália em cumprimento a um pedido do governo brasileiro, via Interpol, e não por ter sido flagrado com documentos falsos, crime de baixa gravidade.

“O fato de haver um pedido de manutenção da prisão é importante”, disse Pelella, que ontem se encontrou com o chefe da Procuradoria da República em Módena, Vito Zinani. “Convenhamos: se não há possibilidade de extradição, a prisão não é relevante”.

● 'Extensão da extradição'

Para Henrique Pizzolato, se extraditado, responder por crimes cometidos antes da fuga, o País tem de pedir à Itália uma “permissão” para que ele seja processado.

No início do mês, o Tribunal de Bolonha já havia negado o pedido de Pizzolato para acompanhar seu processo de extradição em liberdade. As autoridades rejeitaram tanto a liberdade condicional, por risco de fuga, quanto a prisão domiciliar - neste caso, por falta de bracelete eletrônico para o monitoramento do preso.

O tribunal só se pronunciará agora mediante pedido da defesa de relaxamento de prisão ou prisão domiciliar.

Foragido desde novembro do ano passado, quando sua prisão foi decretada pelo Supremo Tribunal Federal, Pizzolato foi preso no dia 5 de fevereiro na cidade de Maranello, no norte da Itália. Ele estava na casa de um sobrinho.

Extradição. O próximo passo do processo se dará a partir da chegada do pedido de extradição do Brasil, que deve ficar pronto esta semana. A decisão sobre a “devolução” do prisioneiro será da Corte de Apelação, com possibilidade de recurso à Corte de Cassação em Roma. Por fim, cabe ao Ministério da Justiça cumprir ou não a decisão do Judiciário.

Pelella e o chefe do setor de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, Vladimir Aras, chegaram à Itália na semana passada. Estiveram no Ministério do Interior e, anteontem, conversaram com procuradores italianos em

Bolonha. Estavam preocupados com a possibilidade de relaxamento da prisão. Segundo o Código Penal italiano, a manifestação do Ministério da Justiça deveria ocorrer no máximo dez dias após a prisão.

Segundo Aras, é indiferente para o Brasil se Pizzolato ficará em uma penitenciária comum ou se ganhará prisão domiciliar.

O ESTADO DE S. PAULO

ROBERTO
DAMATTA

19 FEB 2014

Neobrasileirismos ou o sucesso da vaquinha

A próxima eleição vai dizer
se a honestidade é uma
tortura ou uma bênção

Brasileirismos são invenções brasileiras. No campo da música, da comida e da sexualidade, elas abundam. São brasileirismos o jogo do bicho, o samba, a feijoada, confundir fama com inteligência, não prender autoridade e dizer que bunda não tem sexo.

A presença mascarada dos elos pessoais abraçados pela norma do dar-para-receber e do vice-versa como algo obrigatório no espaço público é um outro brasileirismo que contraria a lei válida para todos e nos faz desconfiar da liberdade.

Liberdade que leva a escolhas, individualiza e acontece justamente na rua. Toleramos a liberdade porque ela é um conceito chave nas constituições “avançadas” que copiamos dos americanos, franceses e ingleses. Daí a contradição tragicômica: temos leis avançadíssimas, sínteses das melhores normas jamais produzidas no chamado “mundo civilizado”, mas lamentavelmente não temos franceses, americanos e ingleses para segui-las.

Voltemos, entretanto, aos temas clássicos. Se a liberdade tem sido usada pelas elites sobretudo para matar o competidor, a igualdade permanece sem solução.

Continuamos alérgicos à sua aplicação e o seu uso é sempre constrangido pelos rotineiros “esse tem biografia”, “esse é meu amigo”, “esse é do nosso partido”, que são parte de um outro brasileirismo. A duplicidade ética, expressa no axioma: aos inimigos a lei; aos amigos, tudo. Um postulado que impede, no modelo e na realidade, o tratamento igualitário e um mínimo de coerência.

Abrasileiríssima máscara entra em cena em tempos democráticos. Impossível não tomá-la, como ocorre em outras sociedades, como um símbolo de forças antissociais: do incesto que nega a oposição entre afinidade e consanguinidade,

ou de condutas abusivas e licenciosas cuja concretização exige a invisibilidade ou o disfarce como no Carnaval.

Estamos pensando em legislar o uso da máscara. Balas de borracha para policiais; máscaras para os manifestantes. Mas se até em centro espírita as almas dizem quem são, como admitir o poder dado a mascarados quando o ideal democrata é justamente conhecer o adversário? Em meio aos elos confusos entre as injustiças seculares e direito ao ativismo, o uso da máscara aumenta ou diminui a possibilidade do irracionalismo e da boçalidade contida na violência? Afinal, estamos querendo consolidar ou liquidar instituições?

Vivemos um momento de exigências igualitárias que demandam o fim da separação entre a casa e a rua: lei e cadeia na rua para os pé rapados; e, na casa embargos de todos os tipos para os amigos e parentes. Chamam isso de “corporativismo” mas o nome verdadeiro é personalismo, como disse faz tempo.

Brasileirismo agradável foi testemunhar a sinceridade que baixou na Câmara dos Deputados com o voto aberto. O voto sem máscaras porque ele liquida a duplicidade entre casa e rua. “Como companheiro e colega eu não posso te cassar. Amanhã pode ser minha vez e você, mesmo sem ser do meu partido, retribui. Mas no plenário eu sou obrigado a fazê-lo, compreende? Antigamente, quando o voto secreto era minha máscara eu votava contra a perda do teu mandato, pois tu és realmente um ladrão! Mas, agora, temos essa lei que me obriga que eu seja o mesmo tanto em casa quanto na rua. Então, vejam que coisa triste para a ética da casa e das amizades, eu sou obrigado a tirar a máscara e a ser sincero!”

A sinceridade é um neobrasileirismo.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 FEV 2014

Ser o mesmo em todos os lugares é impossível. Mas ter o propósito de ser o mesmo é o que chamamos de honestidade.

A próxima eleição vai dizer se a honestidade é uma tortura ou uma bênção.

O ministro Gilmar Mendes aponta uma anomalia. As multas que os condenados devem pagar não podem ser transferidas, por meio de uma brasileiríssima vaquinha, para outras pessoas. A sugestão do ministro seria a de fazer uma vaquinha capaz de pagar o mensalão.

Tal parecer me lembra um evento bizarro mas idêntico, ocorrido nos primórdios da ditadura militar, em 1964, no governo Castelo Branco. Foi a campanha "Ouro para o bem do Brasil", destinada a reunir ouro para pagar a dívida externa brasileira. Tal vaquinha fez com que muitas pessoas doassem alianças e medalhinhas mas, diferentemente da vaquinha dos mensaleiros, jamais se soube onde o ouro foi parar.

Mas o brasileirismo da vaquinha que retorna, como na ditadura, para livrar as multas do mensalão, é um sucesso.

E se um condenado a 20 anos, pergunta-me um amigo irritado, resolver fazer uma vaquinha e conseguir na internet gente que fique em seu nome na prisão por um dia? Façamos o cálculo: 20 vezes 365 é igual a 7.300 dias. Ora, diz ele, considerando o que os mensaleiros condenados já arrecadaram até agora, seria tranquilo conseguir 7 mil e tantas pessoas solidárias para ficarem por um dia na cadeia no lugar do condenado. E eles, é claro, iriam continuar atuando como heróis nacionais injustiçados por uma mascarada de cunho político. Se tudo é injustiça burguesa, por que não aplicar a brasileiríssima vaquinha para outras penalidades?

Tento argumentar, mas o amigo toma uma cerveja.

O mesmo sujeito me diz o seguinte: "Olha aqui, DaMatta, estou pensando em fazer uma vaquinha para deixar de trabalhar como um condenado. Quero poder dizer não - esse imenso privilégio dos abençoados". Como bom brasileiro, não disse nada. Mas pensei: se der certo eu também faço!